

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CARVALHO, Apolônio de. Apolônio de Carvalho (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 25min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Apolônio de Carvalho
(depoimento, 2005)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

Levantamento de dados: Marieta de Moraes Ferreira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Alexandre Fortes;

Técnico de gravação: Não há informação;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 04/03/2005

Duração: 1h 25min

Outro Áudio: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

Temas: Anistia Internacional; Anistia política; Apolônio de Carvalho; Classe trabalhadora; Comunismo; Congressos e conferências; Eleições; Esquerda; Exílio; Governos militares (1964-1985); Luiz Inácio Lula da Silva; Movimento sindical; Olívio Dutra; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Partido Comunista Brasileiro Revolucionário; Partido dos Trabalhadores - PT; Política partidária; Política sindical; Repressão política; Severino Cavalcanti; Sindicalismo; Sindicatos de trabalhadores; Trajetória política;

Sumário

Entrevista: 05/03/2005 Menção ao primeiro contato com as lideranças sindicais que formariam o Partido dos Trabalhadores (PT); a situação de banimento do Brasil, durante a Ditadura Militar; o contato com os Comitês Brasileiros de Anistia (CBAs) e com brasileiros exilados ou banidos, através de um congresso de anistia em Lisboa, em setembro de 1979; o contato com Luiz Inácio Lula da Silva, através de Sérgio Sister; a escolha do nome do PT, e os diferentes grupos e movimentos que criaram o partido; as reuniões do PT, ainda em formação, no colégio Sion; a homenagem recebida pelo entrevistado na reunião de fundação do PT; a participação na Diretoria Estadual do PT, no Rio de Janeiro, e, posteriormente na Comissão Diretora Nacional Provisória, como segundo vice; a importância dos núcleos populares na formação do PT, e na definição do seu projeto político; críticas e discussões das “tendências internas” que formavam o PT; as relações com o Partido Comunista Revolucionário (PCBR), do qual o entrevistado foi fundador e primeiro secretário-geral; a saída do PCBR em 1979 e a exclusão do partido das “tendências internas” do PT; a formação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o Partido da Causa Operária (PCO) a partir de dissidências internas do PT; a busca pelos novos movimentos de esquerda e lideranças que surgiam no final dos anos 70, capazes de atuar em sintonia com a realidade de então, entre estes, Jacob Bittar, Lula e Olívio Dutra; a posição de crítica e descrença do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em relação ao PT; as primeiras eleições e vitórias do PT: a eleição de oito deputados federais, em 1982, a eleição de dois prefeitos entre 1982 e 1985; a transformação, na prática, a partir das eleições, do PT de movimento social para partido político; a posição do entrevistado de nunca se candidatar à cargos políticos; a atuação do entrevistado na estruturação e confrontos internos do PT; o afastamento da Comissão Executiva Nacional do PT, por motivos de saúde, e a visita aos diretórios regionais por todo país; comentários acerca da crise política que se estabeleceu por ocasião da tentativa de aprovação de um aumento salarial para parlamentares federais, capitaneado pelo então deputado federal, Severino Cavalcanti; a necessidade de “sentir e estimular a imagem original do PT”..

Entrevista: 04/03/2005

M. M. – Mas o senhor está muito bem, está superforte, com a cabeça ótima.

A. P. – Eu engano, sabe, Marieta, engano bastante bem. [ri]

M. M. – E uma pessoa que tem tantas lutas, já lutou, e está com tanta saúde.

A. P. – Essa moça é tenente da Resistência francesa. Tenente da Resistência francesa, essa moça. Quando, na luta de resistência, havia um momento mais duro, e eu vacilava, eu sentia duas mãos atrás, dizendo: “Vai para a frente, rapaz!” [risos]

M. M. – É, mas a história é uma história muito bonita, não é.

A. P. – A família dela (*refere-se a Renée*) é uma família de comunistas, de antes da guerra, durante a guerra e depois da guerra. Ela teve uma irmã que foi, aos dezenove anos, presa e condenada à morte; e só foi...essa pena só foi comutada em prisão perpétua porque ela tinha dezenove anos e era uma moça. Ficou presa alguns anos na França, depois foi mandada para os campos de concentração da Alemanha. E tivemos sorte que ela voltou, não é, Renée? Ela e uma tia também. A tia... Eu vou contar isso, vocês vão gostar, vocês são moços. A tia foi presa porque, nesse momento, 1940, 39, etc. e tal, então... depois, 41, 42, 43, não é, já havia a ocupação militar alemã na França, porque a Alemanha ganhara a guerra, não é, de maneira que ocupava militarmente a França, e então, havia uma repressão muito violenta; sobretudo, a polícia francesa era a mais terrível e dura das polícias políticas existentes na Europa. Então a tia tinha na bolsa, e saía para o trabalho, tinha a cópia de um soneto de Gabriel Perrie...

Renée – Não. Da carta de despedida de quando ele ().

A. P. – A carta de despedida. E tinha essa carta, um soneto de Gabriel Perrie sobre...

Renée – O fuzilamento dele, a carta de despedida.

A. P. – Sobre o fuzilamento dele, etc. e tal. Então a polícia prendeu-a, prendeu a carta, e ela passou ser não só presa política, mas também enviada aos campos de concentração. E nós temos muita sorte na família, porque as duas voltaram, não é, Renée.

Renée – Alexandre, cuidado com ele, que ele fala muito.

A. F. – Eu sei. [ri] O nosso objetivo é fazê-lo falar. Não tem problema.

Renée – Mas ele vai até amanhã. E às duas horas ele tem fisioterapia.

A. F. – Eu sei. Por isso que nós vamos nos concentrar um pouco mais nessa parte do seu envolvimento com o PT mesmo. Quer dizer, desde a volta do exílio, como é que vocês entraram em contato com as discussões que levaram à criação do PT. E depois, também, a participação efetiva, porque o Apolônio tem essa particularidade de ser, dos militantes que tinham uma trajetória anterior a 64, inclusive, o único que teve o papel de dirigente, realmente, na construção do PT. Nós temos outras pessoas que acompanharam, não é...

A. P. – Mas, inicialmente, foi mais um apoio, não é. E como eu vinha da esquerda, do PC (Partido Comunista) etc. e tal, não é, as novas lideranças sindicais e outras, que criaram o PT, tinham interesse em dar um certo lugar ao que representávamos a esquerda tradicional anterior, não é.

M. M. – Mas como é que foi esse contato? Quer dizer, quando o senhor vem para o Brasil em 79, como é que foi o contato do senhor com o movimento sindical do ABC, com essas lideranças que aqui estavam e que estavam já começando a pensar na criação do partido?

A. P. – Muito bem. Acontece que, quando eu estava na Europa... Eu fui para a Europa em 37 e voltaria dez anos depois. Eu... creio que estou antecipando, porque o problema que interessa a vocês já é nos anos 70.

M. M. – É. Depois, outro dia, nós vamos voltar, vamos retomar isso. Mas hoje a gente estava querendo focar a parte do...

A. P. – É. Então eu queria dizer. Quando eu estava na Europa, antes que a anistia permitisse a volta dos exilados e dos expulsos, não é, expulsos definitivamente do país, sob a pressão do regime militar, quando nós estávamos na Europa, nós acompanhávamos com muito carinho o que se passava no Brasil, através dos meios possíveis, não é, porque a correspondência das famílias e dos amigos vinda do Brasil era controlada, não é. Por outro lado, os jornais de fora não falavam muito do Brasil. Mas, de vez em quando, nós podíamos passar, por exemplo, por uma agência de viagens ligada ao Brasil, não é, e lá havia sempre jornais brasileiros, a gente procurava acompanhar os acontecimentos. Então nós estamos nesse período, digamos assim, até 79, porque a anistia foi em agosto de 79, nós estávamos com um acompanhamento, limitado, mas sempre continuo, das coisas do Brasil. E naturalmente nos...

Renée – Depois houve o congresso de anistia também.

A. P. – Também houve um congresso de anistia, em setembro de 79?, em Lisboa. E aí nós tivemos contato com o Comitê da Anistia, com figuras ligadas à luta pela anistia e que tinham condições de viajar até Portugal.

M. M. – O senhor foi até Portugal.

A. P. – Eu estava na França nesse momento. Fui convidado, naturalmente, porque estava ligado aos comitês de anistia da França e de outros lugares próximos, não é. Então eu fui lá como um dos representantes dos... digamos assim, dos componentes dos comitês de anistia europeus. E lá foi muito interessante porque eu conheci os parlamentares do MDB, que eram muito próximos do partido e seriam os primeiros parlamentares do partido, do PT, nascente logo depois. Lá, também, tive contato com figuras da esquerda brasileira que estavam esparsos, como figuras expulsas do país, em outros países da Europa que não a França. Então pude conhecer um pouco da situação brasileira e um pouco melhor. E nós já tínhamos o empenho e alegria de acompanhar algumas coisas novas que vinham do movimento operário, do movimento parlamentar, do movimento estudantil, em resistência à ditadura. Então, quando Renée e eu e o mais velho de nossos filhos, que tinha nessa época dois anos e meio, o René...

Renée – Não, não, Apolônio, isso é outra coisa.

A. P. – Ah, outra coisa. Bom. Quando nós chegamos lá, nesse período de exílio, de exílio forçado, não é, porque nós não éramos exilados, nós éramos banidos, sobre a imposição de jamais voltarmos ao Brasil, não é. Era muito dura a ditadura militar. Então, nesse momento então, nós já tínhamos a idéia do movimento sindical, das suas grandes sindicais que procuravam criar forças novas para derrubar a ditadura, não é, e, naturalmente, ao chegar, nós nos beneficiamos do que eram os efeitos imediatos das grandes greves gerais de um ABC paulista que se tornava de um momento para outro, quase de um momento para outro, a capital social do Brasil. Aí eu passei a buscar mais de perto um contato com os dirigentes dessas centrais sindicais, em particular com o Lula. Um dos meus companheiros, um jovem companheiro, aqui no Brasil, Sérgio Cister, que é um pintor muito querido, (vive em São Paulo) depois de uma reunião nossa sobre as perspectivas do trabalho de... para forçar a anistia, etc. e tal, eu fui acompanhá-lo, a pé, porque a reunião se tinha feito num dos palácios do largo da Glória, eu fui acompanhá-lo até o Santos Dumont (aeroporto), porque ele vivia em São Paulo, e conversamos muito sobre essa situação; e ele me disse: “Olhe, eu estou ligado com o Lula, em São Bernardo. Se você quiser ir...” Eu disse: “Eu quero conhecê-lo. Eu gostaria muito de

conhecê-lo.” Então ele disse assim: “Ah, eu vou ajeitar isso.” E a um momento dado me disse: “Venha aqui. Nós vamos visitá-lo depois de amanhã.” Então eu cheguei lá, fui com o Cister a São Bernardo, à sede do sindicato, e conheci o Lula -, aberto, simples, tranqüilo etc. e tal -, e já me senti envolto pela confiança irradiante desses dirigentes sindicais; que não conheciam absolutamente nada das teorias políticas, das filosofias etc. e tal, mas estavam decididos a reunir forças sempre maiores para a derrota da ditadura militar. Então, pouco a pouco, fui acompanhando as iniciativas que precederam a fundação do partido, sejam certas reuniões para debates sobre o que seria o programa do novo partido, o que seria o nome do novo partido. Porque havia uma pressão muito grande para que o PT se chamasse, não o PT, o Partido dos Trabalhadores, o Partido Popular. A Ação Popular antiga, das lutas e vigílias, era uma força muito preciosa e muito presente nessa pressão sobre esse nome de Partido Popular; que, na realidade, era muito mais amplo do que simplesmente Partido dos Trabalhadores. E porque, naturalmente, ao nascer, o PT não era somente o partido dos trabalhadores. Claro que havia a presença imponente da repercussão das grandes greves gerais do final de 78 e 79, não é. Essas greves gerais que faziam nascer o PT faziam com que... Elas e a imensa caravana, afluyente desse canal nascente, que eram as forças sociais e políticas interessadas na derrota da ditadura -, aí você tinha desde a CNBB até os parlamentares, uma boa parte dos parlamentares do MDB, você tinha o movimento universitário, você tinha o mundo da cultura, você tinha o mundo do jornalismo, você tinha o mundo do funcionalismo -, você tinha muitas áreas, que se conjugaram para criar esse partido; que não é apenas do trabalhadores, é, digamos, dos cidadãos que, depois de vinte anos de ditadura militar, sonhavam com liberdade, justiça social e correção, sucessivamente, embora parcial, mas sucessivamente presente, de contenção dos contrastes sociais existentes no país. Então...

M. M. – Mas não passou pela sua cabeça a idéia de fazer a frente dentro do MDB, como muitas pessoas adotaram essa estratégia.

A. P. – Claro. Mas eu achava que era muito bom que nós tivéssemos essa visão abrangente. Porque eu me baseava na própria história do Brasil; eu creio que na própria história da sociedade: nenhum partido político, nenhuma classe social chegou, até hoje, ao poder do Estado isoladamente. O problema das alianças políticas em torno de um programa comum, representam o eixo das lutas por transformações sociais que marcam todos os séculos que precederam a gente. Então eu tinha muito respeito por essa capacidade nova. Eu que vinha do

PC, e o PC sempre foi muito duro, muito ligado a sua condição de dono das verdades definitivas, o que feriam profundamente os sentimentos e a arrogância típica da Igreja, não é. Então, eu achava uma coisa muito boa. Houve, por exemplo, certa... Antes de fevereiro de... 1980... É. Quando filiava o PT no Colégio Sion...

M. M. – O senhor foi a essa reunião.

A. P. – Eu já ia... Eu estava contando. Eu já ia a certas reuniões do partido.

M. M. – Lá em São Paulo.

A. P. – Lá em São Paulo. Saía do Rio e ia. O PT é um pouco audacioso, com os seus dirigentes sindicais ciosos da sua capacidade de assumir iniciativas um pouco à margem daquilo que seriam as concessões da ditadura. Então, havia, por exemplo, um comício especial em tal cidade dentro do ABC ou próximo e tudo o mais e tal, eu ia assistir. Aí passei a conhecer o Jacob Bittar, que era o número dois no partido em formação, nessa época, e outras figuras também. Passei a ir a certas reuniões no Sion, no Colégio Sion, o que me permitia admirar profundamente ou mais profundamente a imagem envelhecida, aparentemente, mas tão radiosa, tão jovem, tão cheia de vida, da diretora do colégio, que abrigava o empenho de formação de um novo partido popular, não é, dentro do seu colégio tradicionalmente ligado às camadas sociais mais altas do país.

M. M. – É. Porque o Colégio Sion é um colégio muito elitizado.

A. P. – É. Muito bem. Mas aí, muito interessante, porque também, aí, eu conheceria algumas figuras muito bonitas, muito altas...

M. M. – Qual era o nome dessa diretora?

A. P. – Ah, não me lembro o nome dela, sabe. Eu acho que... Não. Não me lembro mesmo. Então eu conheci nesse momento, por exemplo, o Mário Pedrosa, a grande figura de Mário Pedrosa, e outras figuras altas, não é, como Sérgio Buarque de Holanda e outros que...

M. M. – Freqüentavam essas reuniões também.

A. P. – Talvez, não tão assiduamente como eu, mas de vez em quando, etc. Mário Pedro, sempre comigo ali e tudo mais e tal. Então eu passei a viver os problemas da formação do PT, sem ter um contato direto com o conhecimento das realidades brasileiras que, em parte, se discutiam, em parte, não é. Mas muito identificado com os objetivos, não é: o final da ditadura

militar, o início de um modelo novo de democracia, fora desses modelos viciados de democracia que nós conhecemos na era republicana, não é. Esses são, digamos, os primórdios da ligação com o PT. Como centro, havia, de um lado, o Lula, de outro lado, esporadicamente, o Jacob Bittar e tal; mas, sobretudo, uma admiração muito grande pela figura do Lula, que era uma figura central na propaganda que se fazia em torno do partido que ia nascer. Isso fez com que, desde fevereiro, nós estivéssemos, a massa dos fundadores, os candidatos a criar um partido estivéssemos no Colégio Sion, para criar o PT. E que eu fosse participar também da fundação.

A. F. – O senhor foi um dos homenageados já, nessa reunião que a gente está falando agora.

A. P. – Não homenageado diretamente, mas... era a velha guarda. [ri] Prefiro dar para os cabelos brancos essa situação muito privilegiada, não é. Com ou sem razão, com ou sem méritos especiais ou mesmo dentro da visão de méritos, digamos assim, médios assim, acessíveis, os cabelos brancos sempre dão ajuda, não é. [ri] Então, Mario Pedrosa e eu, o Sérgio Buarque de Holanda e outros, não é, estávamos entre os primeiros; era a deferência também. O que era importante, porque, diante de Mario Pedrosa, diante de Sérgio Buarque de Holanda e diante de outras figuras de cultura, não é, isso era o respeito dos líderes sindicais à cultura, à sabedoria, à visão da arte; e isso mostrava também quanto o povo, através de suas forças organizadas, traz como estímulo e sugestões de renovação da visão da sociedade e da natureza com um colorido novo, não é, sem os velhos tabus das doutrinas anteriores, mas sob a influência das mais antigas utopias que queriam uma sociedade nova, uma sociedade diferente. Então, dentro desse quadro, eu sou incorporado ao PT. Renée estava comigo lá, na fundação. É fundadora também, não é. [ri]

M. M. – Aqui no Rio, o senhor também participava de reuniões com pessoas aqui no Rio?

A. P. – Bom. Até esse momento, não. Mas a partir daí, eu passei a participar do que seria o núcleo...o que seria o diretório regional, estadual, do PT aqui no Rio. Havia um deputado estadual, Renée. Renée vai dar o nome dele.

M. M. – Quem? O Edson?

Renée – Não, não. Do Rio.

M. M. - Edson (Cair)?

A. P. – Estadual. Não. O Edson (Cair) era deputado federal. Era o moço da AP, não é, Renée, da Ação Popular. A Renée vai dar o nome daqui a pouco para vocês. A Renée tem uma memória muito boa, que tem pequenos eclipses, muito pequeninos, felizmente. E ele era, digamos assim, o inovador da criação do PT entre as forças que saíram do velho PC, saindo de outras organizações mais... eu não diria radicais, mas mais apressadas na visão dos objetivos finais, não é, mas que formavam também o núcleo de criação do PT em cada estado e aqui no Rio, naturalmente. Então trabalhamos na criação e fortalecimento do diretório regional do PT no Rio. E dentro dessa visão da presença necessária dos cabelos brancos nos núcleos direção nacional, eu fui também convidado para ser membro do diretório nacional, quando ele se criou, em abril, não é. Foi fundado em fevereiro, o diretório nacional só foi criado em abril. E passei, inclusive, a receber uma homenagem muito especial, que me deixou profundamente aturdido por suas dimensões: passei a ser membro da Comissão Executiva do novo partido que nascia. Então... Penso que estou dando a vocês, em grandes linhas assim, a trajetória prévia, não é, da...

A. F. – Na Executiva, qual era a sua função, o seu cargo?

A. P. – No PT...

M. M. – O senhor chegou a ser vice-presidente também, não é?

A. P. – Não só me deram a condição de membro da Comissão Executiva, mas também eu passei ser, primeiro, o terceiro vice, depois, segundo vice. É verdade que o primeiro vice era Jacob Bittar, não é. Era inalienável, não é. [ri] Mas... o problema é o seguinte, é que eu não me encantava, como nunca me encantei na vida, com o problema dos postos de direção, etc.; mas nós nos demos - não é, Renée? - inteiramente ao trabalho de criação, de formação do PT. E era um PT inteiramente novo como partido político. Eu penso que há uma coisa a destacar, e que é soberanamente esquecida, inclusive, no interior do PT, destacar aquilo que fazia com os seus núcleos de base, com a presença popular, com o colorido de camadas sociais e de níveis de consciência e de cultura que formavam o PT, a condição amplamente... quase dominadora dos núcleos de base, nessa fase inicial de criação do projeto do PT. O PT foi (e é sobre isso que eu queria insistir, porque é muito esquecido) foi a mais bela forma e o mais belo modelo de

democracia interna partidária que já tinha existido nesse meio milênio de existência do nosso país.

M. M. – Por quê?

A. P. – Porque, primeiro, o PT não tinha ainda... estava se criando, não tinha ainda um plano, um projeto político definido, como até hoje tem certas falhas no seu projeto político; segundo, porque vinha para o PT, não somente as forças dos trabalhadores nos seus vários ramos, mas as forças populares, não é. A Igreja, com as comunidades eclesiais de base, já tinha uma certa margem de pensamentos voltados para a discussão de problemas que olhavam para o presente e para o futuro, como por exemplo, qual seria o tipo de regime político, num futuro imediato e num futuro mediato; então, qual seria a relação entre o partido e os antigos partidos ou os partidos adjacentes, etc.. De maneira que, dentro desse colorido de influências, de níveis de cultura e de níveis de... digamos assim, de debate interno, os núcleos populares foram de uma riqueza extraordinária.

A. F. – E você tinha esse trabalho de organização, você ficava mais no Rio de Janeiro? Participar da organização dos núcleos e tal, ele se dava mais aqui no Rio?

A. P. – Não. Eu era ligado à direção...

M. M. – Nacional.

A. P. – É, nacional. Eu fui muito sujeito a seus apelos muito constantes, não é. Nós vivíamos no Rio; mas, constantemente, eu era chamado a São Paulo. E quando ia a São Paulo, ficava uma semana discutindo, em São Paulo, as coisas.

M. M. – Quais eram os grandes debates que a Comissão Executiva travava nesse momento?

A. P. – Bom. Nós começamos por criar, digamos assim, um projeto político; muito amplo e sem definições mais precisas quanto a suas raízes e quanto a seus desdobramentos futuros, mas um projeto político profundamente democrático e profundamente apoiado nas forças populares. Com, naturalmente, certas marcas de abuso de influência das faixas populares. Porque, nesse momento, em 78, 79 mas, sobretudo, às vésperas de 80, ou já em 80, a criação do PT é marcada por uma presença muito grande não só de forças populares, que até esse momento vinham de outras faixas, inclusive, da CNBB e tudo mais e tal, mas também das

novas instituições mais apressadas na busca dos objetivos finais; quer dizer, aquilo que nós chamávamos, de maneira muito conciliadora, as tendências internas, não é. E essas tendências internas queriam o socialismo, não amanhã de manhã, o que seria muito cedo, mas até ao meio-dia. [risos] Mais ou menos assim. Compreende? De maneira que os sindicalistas, um pouco apavorados com isso mas, senhores da sua força, se apoiavam também nas figuras que eram mais equilibradas, mais moderadas, na visão das realidades, não é. Então, dentro desse quadro, nós passamos a trabalhar por um projeto político que tinha a visão longínqua do socialismo, mas que não se animava ainda – e aí entrava o imenso poderio e a imensa influência do mundo sindical.....

[FIM DA FITA 1-A]

A. P. – (.....) sindical, predominante. Não se falava ainda em socialismo. Resultado, o PT deu no seu manifesto original, a 10 de fevereiro de 80, ele sonha, chama sonhar uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Só em setembro ou outubro de 1970 ou 71...

M. M. – Não. 81.

A. P. - De 81 é que o PT se anima a colocar, dentro da sua visão e dos seus horizontes de amanhã, o socialismo, a essência e o objetivo de socialismo. Passa, portanto, mais de um ano e meio, não é. As discussões internas, isso tudo, sob uma pressão extremamente presente e contínua das organizações mais impregnadas da pressa humana e justa mas ainda de olhos fechados quanto às possibilidades da realidade.

A. F. – Em relação a essa questão das tendências, nós encontramos um artigo seu na revista (*TV*) *Debate*, de 1990. Quer dizer, o senhor já tinha se afastado da direção a partir de 87, mas, ainda em 1990, o senhor publica um artigo defendendo o desligamento de algumas tendências que estavam, na prática, rompendo, digamos assim, o pacto de convivência interna do partido, não é. Essa coisa da democracia interna que o PT trazia, da relação entre diferentes grupos, de diferentes visões, uns mais apressados, outros mais moderados, ela também trouxe algumas tensões, e o senhor participou muito ativamente desse debate, não é.

A. P. – Eu iria mais longe no convite à lembrança de vocês. É que nos anos 70... Não. Nos anos 78, 79, 80, circulava ainda um jornal de esquerda chamado *Em Tempo*, muito sob a influência das organizações mais apressadas quanto às soluções finais. Entre as entrevistas que eu, nesse momento, fui chamado a dar ao jornal *Em Tempo*, eu falei do problema das tendências com uma confiança um pouco exagerada do equilíbrio das sugestões das organizações mais apressadas. Eu achava que era uma coisa muito interessante, porque eu levava em conta que o PT não tinha raízes de visão profunda da realidade e de conhecimento das teorias políticas e sociais; e pensava que esses setores muito ligados a faixas revolucionárias européias, não é, e que discutiam muito os problemas de hoje e de amanhã, esses setores iriam, naturalmente, ajudar, no debate interno, a abrir mais as consciências, a estimular a reflexão sobre doutrinas, sobre problemas, etc., sobre problemas políticos e sociais e ideológicos, digamos assim, sobre utopias, etc. e tal. Inicialmente, eu defendi, portanto, essa perspectiva, que a vida não iria endossar, porque, em geral, essas instituições são bastante apressadas na visão dos seus horizontes; e elas são também profundamente voltadas para a tentativa de ganhar forças e impor sua visão de ritmo de mudanças da sociedade, no interior dos partidos interessados diretamente nessas mudanças. De maneira que depois é que entra o que você fala, dessa entrevista em que...

A. F. – E o interessante é que uma das organizações que o senhor mesmo aponta, já em 90, como sendo uma das que está indo além dos limites da democracia do PT é exatamente o PCBR, do qual o senhor tinha sido um dos fundadores originalmente.

A. P. – É. Esse já é um outro trabalho, é um outro artigo.

A. F. – É. Isso, exatamente.

A. P. – Porque eu não só vi que essas chamadas tendências, elas disputavam ardorosamente os postos de mando e de influência no interior da organização, na estrutura interna partidária, como veria depois, nos dias de hoje, como a última crise ligada à presidência da Câmara dos Deputados, passaram também a disputar, de maneira aberta, já não postos de comando partidários, mas postos de comando no poder de Estado. De maneira que, isso ficou evidente, então eu fui chamado a fazer, numa outra entrevista, a lembrar o que me parecia justo, não aceitar a intransigência e a intolerância, e nós de esquerda primamos muito pela intolerância. É uma das heranças que nós trazemos do velho e querido da época, o PC. Mas eu achava que não se devia guardar essa intolerância e devíamos olhar os problemas; primeiro, preservar a identidade do PT e o caminho que ele tinha escolhido ao nascer: um caminho

profundamente marcado pela confiança no povo, pela busca de liberdade e pela visão, também, das realidades e das possibilidades reais de mudanças sucessivas correspondentes, não é. Essas tendências se chocavam muito diretamente com o ritmo previsto de mudanças. O grande problema é o ritmo, é o tempo, não é. O tempo é o grande juiz. Então, a partir de um momento dado, eu senti que o choque era demasiado forte, porque uma das tendências mais combativas nessa época deixou de existir com nome próprio porque daria nascimento a dois outros partidos políticos, que estão hoje na arena nacional. Era a Convergência Socialista. E a Convergência Socialista era extremamente dura no julgamento dos elementos que tinham a liderança maior do PT e que não coincidiam com seus ritmos e seus horizontes. Aí eu achei que havia muita tendência a expulsão da Convergência. Eu pedia que não houvesse expulsão; que convidássemos a tendência a transformar-se num partido. O PT, a sua influência já crescente, (isso já foi em 1985, 87 e tal) o PT deveria ajudar muito, tanto quanto possível, à criação de novos partidos. E então as divergências seriam feitas no quadro de uma aliança de forças políticas; mas não quebrando a inteireza, a identidade de um partido nascente que precisava ter essa imagem mais precisa e mais unificada para dirigir seu povo e ganhar mais forças no povo. É isso que você fala.

A. F. – Exatamente.

A. P. – Inclusive, eu convidava, inclusive, a que fosse afastado do PT mas transformasse num partido o PCBR, que depois se transformaria também num partido, sempre clandestino, não é, ainda hoje. Muito bem. Então, esse era o quadro...

A. F. – É interessante isso. O senhor quando vai para o exílio, quando há a troca pelo embaixador, o senhor tinha sido um criador do PCBR, sua militância estava vinculada...

A. P. – Fui primeiro secretário-geral do PCBR.

A. F. – Exatamente. E quando o senhor retorna do exílio, o senhor já está afastado, acredito que não só do PCBR, mas de qualquer grupamento, qualquer organização de esquerda mais definida, não é?

A. P. – Você sabe, talvez você se exprimisse melhor se dissesse: e com boas relações com outras organizações de esquerda, mas pedindo que elas sentissem esse problema, não é. Os meus objetivos principais eram as forças mais... digamos assim, mais irreverentes e mais livres de limites no julgamento das lideranças normais do PT. E aí você tinha a Convergência,

você tinha a Causa Operária, etc. E ambas se transformaram em partidos políticos depois, não é.

A. F. – O senhor se afasta do PCBR ainda no período do exílio na França, do banimento. Como é que se dá o seu afastamento? O PCBR mantinha organização no exílio? Havia outros quadros importantes?

A. P. – Ah, claro. Claro.

A. F. – Como é que o senhor foi se afastando do PCBR? Quando o senhor sai para o exílio o senhor ainda era ligado, aqui, atuava no PCBR. Depois, no exílio, o senhor se afasta, o senhor se desliga do PCBR?

A. P. – Ela (Renée) e eu, e os filhos. [ri] Porque nós compreendemos que verdadeiramente...

M. M. – Ele conta um pouco no livro dele. O senhor conta no livro. Durante um tempo, havia ainda a idéia, por parte de alguns grupos do PCBR, que o senhor retornasse ao Brasil para continuar a luta, não é.

A. P. – Ah, muito, muito tempo mesmo.

M. M. – De uma forma absolutamente...

A. P. – Identificada, não é, ainda.

M. M. – É.

A. P. – O problema é o seguinte. A partir de 85, a ditadura já estava fora da arena política, não é; o PT trazia em si, com a sua estrutura democrática e partidária, com a sua visão da democracia, com a sua visão dos horizontes de uma democracia que chegaria a um modelo que não admitiria mais nem explorados nem exploradores, etc., e mesmo o socialismo, não é, então, o PT... sentia que o novo regime político, mesmo com todos os vícios de democracia que a era republicana apresenta, era um algo respeitado. Então...

M. M. – Eu queria fazer uma pergunta ao senhor, já que o senhor está falando do funcionamento do regime constitucional, a questão das eleições de 82, que foi a primeira eleição que o PT vai disputar. Como é que foi? O senhor participou desse processo aqui no Rio, onde saiu a candidatura do Lysâneas Maciel, lá em São Paulo, a candidatura do Lula ao governo do estado. O senhor não pensou em ser candidato?

A. P. – Veja bem. Eu pediria para esperar meio minuto. Eu dizia que nós sentíamos, uma boa parte do PCBR que estávamos no exterior, como lembra a Marieta, inclusive, pensávamos voltar aqui para discutir com os companheiros da *nossa* organização, nossa, ainda, organização, inclusive o nosso filho maior veio numa pequena delegação e parou no Chile, porque houve o golpe do Pinochet, e o René...

Renée – Que uma pequena delegação? Ele estava exilado no Chile.

A. P. – Pois é. Estava exilado. Mas a delegação veio até o Chile, escala para chegar ao Brasil, para discutir com os companheiros que queriam continuar a rebelião armada, o protesto armado, quando havia uma situação política diferente. Eu estou começando a responder por que é que nós... Havia uma realidade diferente. E era necessário olhar para ela. E nós achávamos... Por isso, a direção nacional do PCBR não aceitava essas ponderações nossas, nós achávamos que não podíamos continuar estimulando essa situação de rebeldia, diante daquilo que era o nível de consciência do povo e também o modelo de regime político que começava a ser instaurado, com todas as deficiências e todas as anomalias que marcaram sempre o modelo de uma democracia na era republicana. Então, dentro deste quadro, nós deixamos o PCBR.

M. M. – Foi em que ano?

A. P. – 79.

M. M. – Quer dizer, até 79...

A. P. – Lutávamos pela anistia. Eu já lembrei a vocês que eu tinha participado como delegado no congresso de Lisboa e tudo mais e tal. E, ao mesmo tempo, preparávamos a nossa volta. Porque parecia, para muitos dos companheiros nossos que não se animavam a voltar imediatamente... Nós voltamos em outubro de 79. A anistia tinha sido em agosto de 79. Então, muitos dos companheiros achavam que René e eu fazíamos a incursão no caminho do suicídio, não é, porque achavam que não haveria condescendência da ditadura em relação aos banidos, etc. e tal. E havia uma época nova, porque havia já a crise final do regime de ditadura, a crise total, não é. De maneira que o PT, eu tenho a alegria de lembrar que foi a pá de cal do regime militar, com as suas grandes greves do ABC, etc.

A. F. – Quer dizer que, quando vocês voltam, vocês também já estão procurando um novo modelo, uma nova forma de organização política. Coincide com a volta.

A. P. – É. E olhando o novo que estava surgindo, não é, através das grandes centrais sindicais, que você tem os metalúrgicos, você tem os petroleiros, você tem os bancários, não é. Daí três figuras enormes da direção do PT, que são Jacob Bittar de um lado, o Lula de outro, e o nosso Dutra, Olívio Dutra, entre os bancários.

M. M. – Porque, na verdade, o senhor foi um caso bem especial. Porque daquelas antigas, tradicionais lideranças ligadas ao Partido Comunista, ao PC do B, ao PCBR, essas lideranças reconhecidas, ninguém foi para o PT.

A. P. – É. Porque acontece o seguinte. O velho PC foi profundamente cioso de suas qualidades entre aspas excepcionais: dono das verdades definitivas, único entre os partidos conhecedor das realidades e capaz de abrir caminho para outras instâncias e para outros regimes e tal. De maneira que o desprezo da direção do PC, que se insinuou na herança que o PT receberia, a partir de 80, dos velhos PCs, quer dizer, o desprezo pelas alianças, pela força dos demais partidos, não é, a absoluta condição de portador do presente e do futuro, não é. Isso marcou muito o PC. De maneira que olhava-se o PT como uma instituição pequeno burguesa no sentido pejorativo, entre aspas, incapaz de abrir caminhos e, portanto, passageira.

M. M. – E com a bandeira de luta... O Alexandre é mais jovem, mas eu fui dessa época, me inscrevi no PT logo em 80.

A. P. – Perdão. Não parece, hein. [risos]

M. M. – Mas eu me lembro muito bem, por isso eu até falei das eleições de 82 aqui no Rio, que todo mundo dizia: isso é uma loucura! Vocês estão jogando voto fora. O PT não tem nenhuma chance de se consolidar como um partido. Falava-se na época no voto útil. Tem que se votar no PMDB, que é o partido da Frente, que vai ter condição de derrotar efetivamente a ditadura. E o PT era visto como uma coisa assim... uma aventura. Divisionista e como uma aventura.

A. P. – É claro. Digamos assim, o mito interno, internamente aceito, não é, e tradicionalmente, de um partido único e insubstituível, o PC. Mas, lembrar o seguinte: Não é só o PC brasileiro. Era o PC de cada país, sob a égide desse centro de tabus e de definições falsas que foi a Internacional Comunista. Não é? Esse é o problema. Então... Nós falávamos? Da vinda aqui do...

A. F. – É. Da eleição de 82.

A. P. – Ah, 82. Em 82, o partido é convidado, naturalmente, a enfrentar o problema das eleições. É verdade que, para mim, eu era muito verde ainda na análise das realidades, dos caminhos, etc. e tal; tinha uma boa capacidade: que era a busca sincera do que devia ser justo. Só isso. Isso me ajudava muito. Mas tinha um cabedal muito pequeno de cultura política, de cultura teórica, de tudo mais e tal. Eu me lembro que o Lula me perguntou: “Olha, eu vou ser candidato a governador do estado de São Paulo. O que é que você acha? Que podemos ganhar?” Eu disse a ele: “Olha, Lula, eu acho difícil. Eu acho difícil, mas... não é mau tentarmos.” [ri] Era, para mim, uma concessão retirada sem dores, porque eu não tinha uma visão clara do que é bom ou do que seria mau, não é. Agora, mais tarde, eu veria o seguinte, que as eleições que aparecem, sobretudo depois da... não mais 82, mas 83, 85, não é... Em 85, nós ganhamos duas prefeituras: Diadema e Fortaleza. Fortaleza, enfeitada com uma bela figura de mulher, da candidata, não é. Mas em 85 nós ganhamos os primeiros deputados federais, além daqueles que o MDB, na sua decomposição, nos tinha dado de presente: o MDB nos dera quatro deputados, Ayrton Soares e mais três; agora nós elegemos mais quatro, não é. Então passamos a ser um partidozinho que começava já com oito deputados federais, etc., dava uma certa importância. E também houve as eleições para as assembleias legislativas como também para as câmaras municipais. E eu tenho a impressão que isso representa também algo, que seria bom anotar como elemento de influência na diluição da imagem inicial do PT – isto é, essa imagem profundamente democrática, de partido profundamente integrado no povo, com que ele aparece ao se tornar um partido legal em fevereiro de 1980. É que nós fazemos um salto sobre certos nós da história dos partidos, das pessoas e das coisas. Nós saímos do quadro do movimento social já com o nome de partido, já saímos do quadro inicial, em que o PT representa, lembra, várias vozes conjugadas; em 80, 83, 84 e 85 mas, sobretudo, entre 80 e 83, 84, o partido traz consigo várias vozes convergentes e muito sonoras: a voz dos comícios nas portas das fábricas, a voz dos campos nas universidades, a voz das ruas, com as grandes manifestações que se fizeram...

M. M. – É a campanha das Diretas.

A. P. – Pois é. E como coroamento, já em 84, nós temos a campanha das Diretas. Então, são várias vozes. Mas faltava, a partir de 83 – 85, faltava uma outra voz, que, verdadeiramente, seria uma mudança particular de qualidade, não é. Quando se fala de nós da história são momentos de estancamento do surto de avanço. Quando se superam esses nós, por isso se

chama o salto do nó, o salto nodal. O novo salto nodal seria, naturalmente, a voz das urnas, as eleições. E com as eleições, nós temos o seguinte: um partido que está feliz de chegar a esse novo nível, porque deixa de ter as limitações clássicas do movimento social, que, ao lado do que tem de bonito, de abrangente, de profundamente social, é muito ligado às contingências, no caráter isolado de suas faixas de ação: mulheres, sexo, negros, raças e etc., mas está voltado para o poder de Estado, para as relações novas da sociedade com o Estado, não é. E esse é o grande salto nodal, é o salto de um nó, o novo salto nodal, que marca o partido; e marca com... é um avanço extraordinário, que ele faz ainda um pouco tateando, não trôpego, não é, mas ainda hesitante nos seus passos iniciais, porque é algo muito novo para ele; mas ao mesmo tempo, este salto, vai ter profundas repercussões na imagem original do PT: um partido profundamente democrático, apoiado nas bases. Porque as câmaras municipais, os seus conselhos municipais, os governadores de estados e as assembleias legislativas, e a Câmara federal com seus deputados, e portanto, com seus secretariados e seu conselho de auxiliares, roubam dos núcleos o que havia de mais avançado; e, roubando o que havia de mais avançado, deixam os núcleos despovoados de suas lideranças; e o partido não tem forças nem consciência da necessidade de provar quadros novos, estabelecer as bases de uma formação política constante, de estabelecer debates políticos para ajudar os seus militantes.

M. M. – O senhor não pensou em ser candidato alguma vez?

A. P. – Nunca quis ser. Nunca quis ser nem vereador, nem deputado, nem senador. Foi uma batalha muito grande. Eu peço licença um momento.

M. M. – O senhor está cansado?

A. P. – Não. De maneira nenhuma. Mas volto já. Um segundo. Um segundo apenas.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A. P. – (.....) necessário, abrangente, profundamente capaz de despertar e mobilizar faixas isoladas da população – mas isolados –, e o partido político que tem a visão do que são forças amigas e forças inimigas, e tem, sobretudo, a visão das relações entre a sociedade e o Estado. Então há o processo político, o poder de Estado. Só os partidos políticos podem unir forças sobre um projeto político comum para transformar a sociedade. O movimento social não pode, de maneira nenhuma, ser subestimado na sua imensa credencial de força mobilizadora, abrangente, etc.; mas não basta para olhar as mudanças da sociedade e agir por ela. Então,

nós temos então, a partir de 43, 45, nós temos o esvaziamento dos núcleos populares, que são a marca definida e excepcional do PT como um partido político.

M. M. – De 85, o senhor está falando.

A. P. – Eu falo 82, 83, 85. Porque, 85, já temos duas prefeituras, não é, e mais quatro deputados.

A. F. – Nessas primeiras campanhas eleitorais do PT, as pessoas tinham uma larga experiência política, de décadas, mas essa experiência eleitoral, participar de um partido que está disputando eleições, não deixava de ser um pouco nova.

A. P. – Sem dúvida.

A. F. – Vocês participaram, se envolveram muito nas campanhas?

A. P. – Não, não. Porque havia os problemas do partido, e eu estava profundamente preocupado, nesse momento, com o esvaziamento da base popular do PT. Já em...

M. M. – Mas o senhor acha que em 82 existia isso?

A. P. – Não. 82 é apenas o rastilho inicial. Mas a partir de 85... Eu lembro a vocês, as assembleias legislativas dos estados, os conselhos municipais... São quinhentos e treze municípios, não é. Você tem as secretarias de cada deputado federal e de cada deputado estadual, então...

M. M. – Claro. Que drena essas pessoas para essas atividades.

A. P. – Justamente. E esvazia o que há de mais ativo, de mais mobilizador, quer dizer, aquilo que eram as faixas de lideranças dos núcleos populares. E depois, um certo pendor para as eleições, que contamina também a nossa militância, não é. Eu nunca quis ser candidato para isso ou para aquilo. Eu fiquei sempre muito preocupado em localizar o alcance da fluidez nova dos núcleos de base.

A. F. – E o senhor também não se envolveu mais, diretamente, em campanha de...

A. P. – Ah, não. Posso ter, aqui ou ali, esporadicamente, por passar em tal lugar ou ser mobilizado, participado.....

[FIM DA FITA 1]

A. P. - Ah, não. Posso ter, aqui ou ali, esporadicamente, por passar em tal lugar ou ser mobilizado, participado das campanhas eleitorais, mas muito pouco. E jamais quis ser candidato. Como jamais quis ter qualquer posto de mando no partido. Me dei sempre muito bem com o trabalho comum, de base, etc., e ao mesmo tempo, com a pesquisa da realidade, não é. Eu participei sempre das lutas internas, dos confrontos internos, dos debates, etc., sempre participei, com muita alegria, mas como um porta-voz de faixas da militância, nada mais que isso.

A. F. – Eu ouvi relatos de militantes do PT do Nordeste também, dizendo que, nos primeiros anos, o senhor também teve o papel de ajudar a organização do partido em alguns estados do Nordeste. Rio Grande do Norte, por exemplo.

A. P. – A um momento dado, eu estava ainda na Comissão Executiva Nacional do partido, mas eu já estava um pouco enfermo e tal e, antes de pedir ao partido que me permitisse renunciar à direção, porque eu não tinha condições físicas de cumprir meus trabalhos enfim, os cometidos que recebia, não é, mas, a um momento dado, eu consegui da direção do partido, com mais dois militantes muito aguerridos, a possibilidade de visitar as direções do PT em todo o país para, primeiro, saber até que ponto decrescia a presença dos núcleos populares na estrutura partidário; quer dizer, o caráter profundamente democrático do partido eram os seus núcleos de base, e até que ponto decrescia a faixa dos debates políticos, das conferências políticas para discutir sobre as questões gerais do país e do partido. Então eu visitei o Rio Grande do Sul, passei em São Paulo, que eu já conhecia um pouco, no Rio, mas visitei o Nordeste, visitei o início do Nordeste, a Bahia, e verifiquei o seguinte: o vazio crescente da base popular do partido; o esvaziamento contínuo da faixa ocupada até então pelos núcleos de base do partido. E senti, portanto, quanto decrescia a imagem de democracia e de modelo de partido baseado na democracia interna, para a imagem do PT. Isso foi uma constatação muito séria.

A. F. – O senhor ficou muito tempo fazendo essas viagens?

A. P. – Ah, eu passei dezesseis dias viajando. Consegui isso da direção e tudo mais e tal. Eu participava também de certos debates, porque eu já estava preocupado com o caráter pouco construtivo da luta interna partidária, sob a influência de certas entidades – Convergência

Socialista era uma delas, a Causa Operária era outra, mas havia outras também –, de certas tendências apressadas, que forçavam muito o desenvolvimento contínuo e em bases amplas e abrangentes de massas populares sob a exigência de passos muito rápidos à frente, não é. Então eu fui muito seguidamente a Minas. Como eu era membro da Comissão Executiva Nacional do PT, eu chegava em Minas e dizia, nas vésperas de uma conferência regional, dizia que vinha em nome da direção regional. Os companheiros de direção eram muito amigos meus, nunca veriam um mal particular nisso, não é, se soubessem, não é, e mais tarde eu contaria, mas, para participar também das lutas, porque havia choques muito duros e muito profundos, e eu queria participar dentro desse quadro. Desculpe, eu não dei tempo para vocês perguntarem.

A. F. - Não, fique à vontade. Acho que para a gente encerrar esse bloco, uma última pergunta. Essa característica de participação do PT na política institucional, ela foi se aprofundando cada vez mais, ao ponto de que nós chegamos hoje à presidência da República. Então, por um lado, é um momento histórico, totalmente novo...

A. P. – Sem dúvida.

A. F. – Mas esses problemas também, que o senhor já identificava, em relação à dificuldade do partido para manter a sua identidade original e ao mesmo tempo avançar, eu queria que o senhor falasse um pouco sobre isso, como é que o senhor vê o PT hoje, nessa nova situação, com o Lula na presidência.

A. P. – É. Eu pediria a vocês que aceitassem uma pequena pergunta: e agora? Estamos na mais profunda crise, que abalou as esquerdas nos últimos tempos, e, em particular, que afetou o PT. Eu queria lembrar que, apesar de toda a sua profundidade e do fato, também, agravante, de que nós do PT não soubemos abrir os olhos a tempo para as suas raízes da crise e para seus efeitos, então a crise é também, ao mesmo tempo, um choque e uma surpresa, mas eu queria lembrar que não é uma predominante, não é nenhuma tragédia assustadora, pelo contrário. Porque a crise como... A vida se encarregou de mostrar. Menos de três semanas depois do seu desencadeamento, a dez de fevereiro recente, era profundamente transitório, e praticamente ruiu em sua base inicial. Os grandes vencedores de dez de fevereiro amargam uma derrota sombria. Isso significa que há uma realidade nova na consciência do povo, porque o povo, com seu protesto, está começando a estabelecer marcos sucessivos de presença, na recusa a essa... ousada, ousada projeção do predomínio das mordomias; e, inclusive, muito chocado com a parceria Judiciário e nova presidência da Câmara, no desvio, inclusive, do que

seria o respeito ao Parlamento, porque houve a tentativa de que as mesas das casas do Parlamento decidissem pela urgência do decreto de aumento dos salários, sem passar pelo plenário do Parlamento. Quer dizer, não apenas um desdém, mas um insulto à democracia, por parte de certas faixas dominantes desse país; e em particular da primeira casa do Congresso. Felizmente o Senado interpôs-se de maneira positiva. Mas então eu queria lembrar para vocês que há, portanto, um mal-estar imenso, no Parlamento, com a voracidade de certas faixas desse próprio Parlamento. Porque nós tivemos um governo dividido, um PT dividido e também um Parlamento dividido. Mais ou menos, alcançando um nível de uma posição unitária no Senado, dentro da visão de uma posição marcada pelo espírito de ética, não é, e de respeito à democracia e ao Parlamento em si; mas uma situação de fluidez e de demonstração clara de divisão no conjunto dos partidos políticos, no conjunto das casas do Parlamento, sobretudo na primeira casa central, e em particular dentro do PT. Eu acho que a divisão do PT é algo que marca sua trajetória desde o primeiro dia. Se vocês relerem trabalhos da Fundação Perseu Abramo, inclusive o relato da sessão de fundação do PT, a dez de fevereiro, por Perseu Abramo, ainda vivo, vocês vão ver como já o choque das tendências apressadas modificava a visão original do PT e procurava impor, de um lado, a limitação das forças interessadas nas mudanças, para dar aos trabalhadores em geral, os trabalhadores mais ligados à produção a situação primordial no jogo das mudanças; mas de outro lado, a pressa pela profundidade das mudanças. Vocês encontram isso, inclusive, em documentos da Fundação. Eu lembraria o artigo de Perseu Abramo. Falem com a nossa querida Zilá, ela mostrará para vocês. Mas ao mesmo tempo eu queria lembrar para vocês que, ao lado desse mal-estar, porque o Parlamento tem também um bom contingente de cidadãos ciosos de democracia, de realidade e de respeito ao povo. Não sem razão, numa declaração a meu ver apressada e desrespeitosa de Lula no início de seu governo sobre o Parlamento, não obstante isso, o Parlamento tem forças, e estão mostrando agora, que não podem aceitar a degenerescência da instituição e o abandono do sentimento e do pensamento do povo. Eu acho que devemos enaltecer, sem cair na fantasia do otimismo barato –, e a minha namorada insiste muito em que eu sou um otimista barato –, [risos] sem cair nesse otimismo, no otimismo barato, mas olhando a realidade como está, é necessário enaltecer essa imagem dos poderes, divididos, mas com uma parte sensível, (não sou capaz de dizer de que maneira pensam mais ou pensam menos, acima da metade) mas, uma parte sensível das casas do Congresso. De maneira que eu acho que isso é extremamente importante. E ao lado disso, as forças vivas, também, ciosas, do povo, que estão dentro de cada partido

político, apesar da degenerescência que o troca-troca, de olhos fechados, abominável, dos últimos tempos, tenha jogado muito cisco sobre a imagem dos partidos políticos. Mas ao mesmo tempo, ao lado dos partidos políticos, ao lado da visão de uma faixa sensível do Parlamento, ao lado da presença abrangente de forças interessadas em sentir a vontade do povo, a pressão popular em desenvolvimento, eu acho que é preciso olhar com otimismo, sem receio de parecer demasiado otimista, como os níveis de consciência popular se revelam, começam a revelar-se, através de manifestações próprias, através do apoio e do estímulo às reações positivas dentro do Parlamento e, inclusive, dentro do PT. Então eu acho que é possível, apesar de que figuras tão amadas como Genoíno olhem com certa dúvida para o passado, acho que é preciso voltar...

M. M. – A ter confiança, não é.

A. P. – Não só isso. Não só voltar a ter confiança. Voltar a sentir e estimular a imagem original do PT, corrigir as ausências que determinaram a sua situação secundária, ultimamente, mas através dos debates políticos e dos confrontos políticos, da vida política interna, interna, através de conferências políticas, abrindo as consciências, avivar a alegria e o orgulho de militante de um partido que, ao nascer, foi o mais democrático dos partidos de nossa história. Tem tudo para ser de novo porque pos e que tem condições, portanto, através de um esforço de debate político, formação política, abrangência e respeito às alianças políticas, abrangência e respeito às instituições democráticas, à visão clara e apaixonada dos direitos humanos, das liberdades civis, inserir novamente a presença popular no seu pensamento, nas suas propostas e na sua condução de prática coletiva dentro da arena política. Eu acho que voltar a essa imagem sadia, promissora e rica do período original e dos primeiros anos é um elemento extremamente considerável, porque o PT é o partido mais forte das esquerdas, é o partido predominante de um governo, que eu chamaria, um governo plural, acho que vamos, agora, ter um governo sob o título de governo de coalizão, mais amplo, possivelmente, mais seguro; e aí, dentro dessas condições, olhar a confusão que começa a reinar na parceria das mordomias que envolvem pedaços do Judiciário e a casa da Câmara, mas impor, naturalmente, a presença do povo, a pressão popular, a unidade das forças interessadas em, em um presente e um futuro de liberdade, de justiça e de alegria de viver nas mãos do nosso partido. [ri]

M. M. – Muito bem.

A. F. – A gente vai retornar.

A. P. – Desculpe o que eu fiz. Me senti no palanque. [risos]

M. M. – Claro. A gente vai voltar. Eu vou ter que sair também, e o senhor tem que almoçar e ir para a sua fisioterapia.

A. P. – Da próxima vez que vierem, (para vocês verem como a gente trabalhou bem juntos aqui) me chamem de você. [risos]

A. F. – Certo.

[FIM DO DEPOIMENTO]